

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INCLUSION OF STUDENTS WITH ASD IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Elivaldo Serrão Custódio

Doutor em Teologia pela Faculdade EST de São Leopoldo-RS.

E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

Regina Ribeiro Pessoa

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

E-mail: repessoa.santana@hotmail.com

Resumo: Este artigo explora a complexa questão da inclusão educacional de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA), examinando tanto as oportunidades quanto os desafios envolvidos nesse processo, tanto no contexto geral da educação quanto na esfera específica da educação profissional e tecnológica (EPT). A pesquisa foi conduzida utilizando uma abordagem qualitativa exploratória, empregando o método de pesquisa bibliográfico-documental. Os dados foram coletados de forma virtual, por meio do acesso ao Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os resultados da pesquisa destacam a necessidade de adaptações didáticas e pedagógicas para garantir a inclusão efetiva de estudantes com TEA, bem como o compromisso social de todos os envolvidos no processo educacional, incluindo profissionais da educação, famílias, comunidade e formuladores de políticas públicas. A inclusão é considerada bem-sucedida quando os estudantes com TEA demonstram progresso nos processos de aprendizagem, socialização, autocuidado e compreensão dos aspectos da cidadania, mesmo que esses avanços sejam modestos e parciais. O estudo também ressalta a importância de ampliar a pesquisa nessa área, especialmente no contexto da EPT e suas interfaces como campo da inclusão e da diversidade.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Transtorno do espectro autista. Educação profissional e tecnológica. Desafios.

Abstract: This article explores the complex issue of educational inclusion of students with autism spectrum disorder (ASD), examining both the opportunities and challenges involved in this process, both in the general context of education and in the specific sphere of

professional and technological education (PTE). The research was conducted using an exploratory qualitative approach, employing the bibliographic-documentary research method. The data was collected virtually, through access to the Catalog of Dissertations and Theses of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes). The research results highlight the need for didactic and pedagogical adaptations to ensure the effective inclusion of students with ASD, as well as the social commitment of everyone involved in the educational process, including education professionals, families, the community and public policy makers. Inclusion is considered successful when students with ASD demonstrate progress in the processes of learning, socialization, self-care and understanding aspects of citizenship, even if these advances are modest and partial. The study also highlights the importance of expanding research in this area, especially in the context of EPT and its interfaces as a field of inclusion and diversity.

Keywords: Education. Inclusion. Autism spectrum disorder. Professional and technological education. Challenges.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento do paradigma da educação inclusiva na segunda metade do século XX, aumentou significativamente o acesso de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) às instituições regulares de ensino (Vasconcellos; Ramhe; Gonçalves, 2020).

No Brasil, de acordo com dados do Censo Escolar de 2021, observa-se um aumento gradual no percentual de estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades matriculados em classes comuns em várias etapas de ensino. Na faixa etária de 4 a 17 anos, o percentual de alunos incluídos passou de 90,8% em 2017 para 93,5% em 2021. Durante o mesmo período, destaca-se também o aumento da inclusão de estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades na educação profissional e tecnológica (EPT) nos cursos profissionalizantes subsequentes ao ensino médio e nos cursos concomitantes ao ensino médio, e 99,5% dos alunos com esse perfil estão matriculados em classes regulares (Brasil, 2021).

Apesar da importância desses avanços e do progresso evidenciado na garantia do direito à educação, é crucial reconhecer que o simples acesso, embora fundamental, não garante por si só a inclusão e o sucesso educacional desses estudantes. As características singulares que os definem frequentemente demandam adaptações didáticas e pedagógicas específicas, bem como a oferta de atendimento educacional especializado (AEE), que pode complementar ou suplementar o suporte oferecido nas classes regulares. É nesse ambiente inclusivo que os alunos têm a oportunidade não apenas de

ter acesso à diversidade, mas também de conviver e aprender com ela (Weizenmann; Pezzi; Zanon, 2020).

Portanto, embora seja reconhecido o valor da inclusão desses estudantes em classes regulares como algo benéfico para todos os envolvidos, uma vez que isso promove a interação social, o entendimento e a apreciação da diversidade humana, bem como a aprendizagem colaborativa, é importante ponderar sobre o aumento do número de matrículas nas classes regulares em conjunto com a redução dos serviços de AEE.

Essa situação requer cautela, pois pode acarretar prejuízos para os estudantes com maiores necessidades, cujas demandas educacionais não são plenamente atendidas nas classes regulares e que dependem do AEE como um recurso adicional para sua formação. Em muitos casos, a disponibilidade de AEE é fundamental para o sucesso acadêmico dos alunos com necessidades educacionais específicas matriculados em classes regulares.

Diante do exposto, este artigo visa contribuir para a reflexão sobre os desafios da inclusão escolar de estudantes com TEA na EPT, além de preencher lacunas na literatura existente sobre o tema, especialmente no que diz respeito a essa modalidade educacional. O método utilizado para embasar esta pesquisa foi o qualitativo exploratório de cunho bibliográfico-documental.

Para esta discussão e melhor situar o leitor, antes de adentrarmos nas reflexões específicas do campo educacional especializado, traçamos uma breve contextualização sobre o autismo, uma das categorias diagnósticas abordada neste estudo. É pertinente destacar que o autismo é descrito como um distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico, caracterizado por dificuldades significativas e persistentes na interação social, na comunicação e no repertório de interesses e atividades (Surian, 2010). Essa condição é considerada uma síndrome de amplo espectro, englobando uma variedade de manifestações que envolvem limitações sociais, comunicacionais e comportamentais, com diferentes níveis de gravidade (American Psychiatric Association, 2014). As causas do autismo ainda não estão completamente esclarecidas (Fadda; Cury, 2016).

No que diz respeito às explicações causais do autismo, diferentes concepções teóricas buscam explicar a origem dessa condição, enfocando fatores genéticos, biológicos, ambientais, relacionais e também a concepção da neurodiversidade humana (Vasconcellos, 2019, p. 15). Quanto à gravidade das manifestações, o *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V* esclarece que as manifestações podem variar ao longo do tempo e em diferentes contextos vivenciados pelas pessoas diagnosticadas. Esse manual reuniu o transtorno global do desenvolvimento, a síndrome de Asperger e o autismo sob a categoria “transtorno do espectro autista” (American Psychiatric Association, 2014).

Dessa forma, o TEA abrange uma variedade de transtornos do neurodesenvolvimento, caracterizados por limitações sociocomunicativas e comportamentais. É importante ressaltar que, no Brasil, até o momento, as políticas educacionais e as avaliações de larga escala ainda consideram o transtorno global do desenvolvimento de forma separada do TEA.

As características do TEA geralmente se manifestam desde a infância e é mais prevalente em pessoas do sexo masculino. No Brasil, ainda não existem dados oficiais sobre a quantidade de pessoas com TEA. No entanto, foi aprovada a Lei nº 13.861/2019 (Brasil, 2019), que determina que os próximos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) devem incluir informações específicas sobre o autismo.

Embora a falta de dados estatísticos precise ser abordada, é amplamente reconhecido que as características específicas do TEA tendem a restringir as rotinas das pessoas afetadas. Isso pode predispor esses indivíduos à ansiedade e à depressão, além de dificultar sua participação na aprendizagem escolar e na vida social.

No entanto, intervenções psicoeducativas apropriadas têm mostrado capacidade de atenuar tais manifestações. Para além dessas intervenções especializadas, é imperativo que a sociedade como um todo se comprometa com a promoção da inclusão de pessoas com TEA (Surian, 2010). Quanto ao estado da arte acerca da temática “inclusão educacional de estudantes autistas na EPT”, é importante notar que existem poucos trabalhos acadêmicos disponíveis sobre o assunto.

Em uma pesquisa no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando o descritor “autismo” e os seguintes refinamentos: período de 2015 a 2021 e delimitação à área de ciências humanas, com área de concentração em educação, foi identificado um total de 107 trabalhos, dos quais 23 eram teses e 84, dissertações.

Na análise desses trabalhos, apenas oito deles abordaram, em certa medida, a questão da inclusão de estudantes autistas na EPT. Entre esses trabalhos, três eram teses de doutorado – Chiote (2017), Barbosa (2018) e Rodrigues (2018) – e cinco eram dissertações de mestrado – Almeida (2016), Oliveira (2017), Carvalho (2017), Niles (2018) e Vasconcellos (2019). Dentre todos esses trabalhos analisados, o de Vasconcellos (2019) foi o que demonstrou maior alinhamento com a temática, especialmente considerando a modalidade de ensino médio integrado (EMT).

Apesar da excelente qualidade da literatura especializada, é importante notar que ela se concentra, como é comum em trabalhos de pós-graduação *stricto sensu*, em aspectos particulares e específicos, sem a intenção de abranger todas as dimensões do problema. Nesse sentido, é crucial ampliar as pesquisas sobre o tema, a fim de esclarecer os principais pontos que permanecem obscuros.

O acesso dos estudantes autistas ao EMT, dado que essa informação não foi abordada no último Censo Escolar de 2021, concentrando-se apenas nas matrículas nas modalidades subsequente e concomitante, demonstrou, no entanto, um panorama da evasão e do sucesso escolar desses estudantes, bem como a situação de empregabilidade desses egressos.

Diante desse contexto, faz-se necessário ampliar pesquisas sobre os desafios enfrentados diariamente por estudantes autistas e seus professores e profissionais de apoio escolar na EPT; a relação entre família e escola e as condições de acesso ao AEE nas escolas de EPT (tanto públicas quanto privadas); as metodologias que têm demonstrado eficácia em promover o sucesso educacional desses estudantes, entre outros aspectos relevantes.

CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Com o objetivo de investigar o tema da “inclusão escolar”, com foco mais específico na “inclusão do aluno com TEA”, este estudo adotou uma abordagem qualitativa exploratória, com base no método de pesquisa bibliográfico-documental (Lakatos; Marconi, 2010). Para análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo a partir das pesquisas de Bardin (2016).

A coleta de dados foi realizada com base em uma variedade de fontes, incluindo livros, artigos, dissertações, teses e documentos oficiais, como leis, decretos e resoluções. Inicialmente, realizou-se um levantamento e uma análise de obras bibliográficas em língua portuguesa que abordaram a temática da inclusão escolar e a inclusão escolar do aluno com TEA.

Essas obras foram lidas, e elaboraram-se fichamentos para registro e análise dos principais pontos. Em seguida, realizou-se uma leitura atenta dos documentos oficiais pertinentes ao tema. Os documentos foram categorizados por tipo e data para facilitar a análise. Esse processo foi seguido pela elaboração de fichamentos dos documentos, destacando informações relevantes relacionadas à inclusão escolar de estudantes com TEA na EPT. Por fim, foram direcionados esforços para pesquisa no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, buscando por trabalhos acadêmicos que abordassem a inclusão escolar de estudantes com TEA na EPT.

Na pesquisa realizada no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, utilizamos o descritor “autismo” e os seguintes refinamentos: período temporal de 2015 a 2021 e delimitação à área de ciências humanas, com área de concentração em educação. Isso resultou em um total de 107 trabalhos acadêmicos defendidos em programas de pós-graduação brasileiros reconhecidos pela Capes, dos quais 23 eram teses e 84, dissertações.

Após uma leitura flutuante dos 107 trabalhos identificados, constatou-se que 23 estavam focados apenas na inclusão de crianças. Além disso, nove não possuíam divulgação autorizada e não estavam disponíveis para leitura; quatro referiam-se exclusivamente ao atendimento em salas de AEE; e 63 abordavam temas muito específicos, como Planejamento Educacional Individualizado (PEI), metodologias assistidas, *softwares*, jogos, comunicação alternativa, entre outros, em contextos da educação básica e da educação superior, mas sem vinculação com a EPT, e, portanto, não foram considerados neste estudo.

Assim, restaram apenas oito trabalhos que abordavam diretamente a inclusão de autistas na EPT: três teses e cinco dissertações. Entre esses trabalhos, somente o de Vasconcellos (2019) tratava diretamente da problemática da inclusão de estudantes autistas na EPT em cursos de ensino médio integrado ao técnico. No entanto, esse trabalho não estava disponível para leitura no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, sendo necessário buscar no repositório da Universidade Federal de Minas Gerais. Mais informações sobre esses trabalhos podem ser encontradas no Quadro 1 e nas discussões apresentadas no próximo tópico.

Quadro 1: Bibliometria da inclusão educacional de estudantes autistas na EPT

AUTORA	ANO	NÍVEL	TÍTULO DO TRABALHO	CONCEITO-CHAVE
Marly Oliveira Barbosa	2018	Doutorado	<i>Estudantes com transtorno do espectro do autismo (TEA) na escola: desafios para a ação educativa compartilhada</i>	Escolarização do estudante com TEA.
Marlene Rodrigues	2018	Doutorado	<i>Formação docente para inclusão de estudantes público-alvo da educação especial em cursos de licenciatura da Universidade Federal de Rondônia</i>	Prática docente universitária junto aos estudantes da educação especial e formação de professores para educação básica.
Fernanda de Araújo Binatti Chioate	2017	Doutorado	<i>A escolarização do aluno com autismo no ensino médio no contexto das políticas de educação especial no estado do Espírito Santo</i>	A escolarização dos estudantes com autismo no ensino médio.
Fernanda Osório Mendina Niles	2018	Mestrado	<i>A inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro autista: condições concretas no contexto da escola privada</i>	Processo concreto de escolarização de aluno com TEA.
Dulcimar Lopes Carvalho	2017	Mestrado	<i>A trajetória de inclusão de um estudante com autismo, da educação básica à educação superior: desafios e possibilidades</i>	Processo de inclusão de um estudante com autismo na educação superior.
Simone Pinto Vasconcellos	2019	Mestrado	Práticas educativas e escolarização de alunos com transtorno do espectro autista na educação profissional	Práticas educativas adotadas na escolarização de um aluno com transtorno do espectro autista (TEA) na EPT, a partir da percepção do próprio estudante, de seus pais e dos docentes envolvidos no processo.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados coletados em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

A escassez de estudos sobre a inclusão escolar de estudantes autistas evidencia uma cultura de exclusão que ao longo do tempo tem invisibilizado pessoas com TEA e negligenciado suas necessidades, com poucas exceções pontuais. Contudo, esse vazio acadêmico também reflete as políticas anteriores aplicadas à EPT. Em seus primórdios, a educação profissional no Brasil era desvinculada do sistema de educação geral e apresentava um caráter assistencialista (Silva; Dore, 2016).

Um dos requisitos para ingressar em cursos técnico-profissionalizantes era não possuir “moléstia infectocontagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado do officio” [sic] (Brasil, 1909, p. 2). Dessa forma, pessoas com TEA e com deficiências em geral foram por muito tempo impedidas de acessar essa modalidade de formação.

Na análise dos dados, considerou-se a literatura em língua portuguesa relacionada ao tema, com destaque para autores como Saviani (1989) e Cunha (2017, 2018), entre outros. Esses estudos forneceram uma base sólida para a compreensão das políticas educacionais passadas e suas implicações na inclusão de estudantes autistas na EPT.

BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

A inclusão das pessoas atualmente designadas como “público-alvo da educação especial” – anteriormente referidas como “pessoas com necessidades educacionais especiais” (Pnee), “pessoas com deficiência” (PcD) e “excepcionais” – revela uma trajetória complexa, marcada por avanços, recuos e contradições. Trata-se de um processo ainda em andamento, que apresenta desafios diários, especialmente para as pessoas com deficiência e suas famílias.

Embora haja avanços consideráveis na legislação relacionada ao tema, a efetivação dos direitos que ela resguarda ainda é desafiadora. Isso se deve a uma série de questões, incluindo problemas materiais, como a falta de estrutura das escolas, de materiais e de formação especializada, bem como o preconceito e as compreensões equivocadas que ainda persistem na sociedade.

Nossa sociedade, nossas cidades e nosso sistema público de ensino ainda não são inclusivos o suficiente, o que torna a implementação da legislação um desafio significativo. A inclusão deve ser um esforço constante, apesar de todas essas limitações. É necessário trabalhar continuamente para superar obstáculos e garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, tenham acesso a uma educação de qualidade em um ambiente inclusivo e acolhedor. Isso requer não apenas mudanças estruturais nas escolas e na sociedade, mas também uma mudança cultural em relação à diversidade e à inclusão.

De acordo com Saviani (1989), a abordagem idealista defende a necessidade de uma mudança de mentalidade como pré-requisito para a ação efetiva na educação. O autor argumenta que, em vez de esperar por uma transformação na mentalidade das pessoas, é fundamental criar estruturas concretas que orientem essa mudança. Para Saviani (1989), é no contato prático com essas estruturas que ocorre a transformação da mentalidade.

Portanto, a construção de estruturas inclusivas mencionadas por Saviani (1989) ocorre por meio de práticas diárias e processuais, que reconhecem e respeitam as diversas identidades e necessidades dos estudantes, e que trabalham para garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais. Essa abordagem promove não apenas a igualdade de oportunidades, mas também o respeito mútuo e a valorização da diversidade como um aspecto fundamental da experiência educacional.

O problema da inclusão educacional de pessoas com TEA nos coloca diante da dialética entre o direito à igualdade e o direito à diferença. Esses dois princípios devem ser equilibrados de acordo com as necessidades individuais de cada pessoa. Por sua vez, o reconhecimento, a aceitação e a valorização das diferenças são igualmente importantes. Cada aluno é único em seu modo de ser, aprender e conviver, e é essencial que as escolas reconheçam e respeitem essa diversidade. Isso implica valorizar a neurodiversidade humana, reconhecendo que o TEA é apenas uma das muitas formas de ser e de aprender, e promovendo uma cultura de inclusão que celebra a pluralidade cultural.

Promover a inclusão é um desafio que vai além de simplesmente garantir o acesso físico ou acadêmico igualitário. Envolve adotar uma perspectiva libertadora que valoriza as diferenças individuais e busca alcançar efeitos de igualdade, democracia e justiça em toda a sociedade. É crucial reconhecer que vivemos em uma sociedade que não apenas produz, mas também reproduz desigualdades e injustiças. Portanto, promover a inclusão não se resume apenas a criar ambientes inclusivos nas escolas, mas também a desafiar e transformar as estruturas sociais e culturais que perpetuam essas desigualdades.

Ao adotarmos uma perspectiva libertadora, estamos não apenas reconhecendo a importância das diferenças individuais, mas também trabalhando ativamente para garantir que todos tenham igualdade de oportunidades, voz e participação na sociedade. Isso envolve confrontar o preconceito, a discriminação e as práticas injustas que limitam a inclusão de certos grupos, incluindo pessoas com TEA.

Essa transição representou um marco significativo na história da educação inclusiva no Brasil, reconhecendo a importância de oferecer a essas pessoas a oportunidade de estudar em ambientes educacionais inclusivos. Do ponto de vista educacional, Glat

e Fernandes (2005) apontam que essas pessoas foram inicialmente relegadas ao atendimento em instituições residenciais e asilares.

Posteriormente, passaram a ser educadas em classes e escolas especializadas. Somente após a mudança do paradigma educacional, exemplificado pela Declaração de Salamanca na década de 1990, é que começaram a ter acesso às classes comuns em escolas regulares. No entanto, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para garantir uma verdadeira inclusão e igualdade de oportunidades para todas as pessoas com necessidades educacionais especiais, incluindo aquelas com TEA.

Nos anos 1990 e 2000, o processo de inclusão no ambiente escolar ainda era parcial para esses estudantes. Eles muitas vezes eram colocados em classes especiais, o que contribuía para reforçar estereótipos e preconceitos sobre eles. Além disso, em muitos casos, a merenda e o recreio desses alunos ocorriam em horários diferentes dos demais, a fim de evitar sua interação social com os demais estudantes.

Essa mudança gradual é resultado de um maior reconhecimento da importância da inclusão e dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, incluindo aquelas com TEA. À medida que a conscientização sobre a diversidade e a importância da inclusão aumenta, as práticas educacionais estão se adaptando para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes inclusivos.

A Declaração de Salamanca, promulgada em 1994, representou uma mudança fundamental no debate educacional, elevando-o a um novo patamar. Essa declaração introduziu o paradigma da “educação para todos”, que preconiza que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e linguísticas, devem ter acesso à educação em escolas regulares (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1994, p. 3). Houve uma transição das práticas e concepções integracionistas, em que os alunos eram frequentemente obrigados a se adaptar à escola, ao currículo e aos métodos de ensino, para uma concepção inclusiva.

Nesse novo paradigma, as instituições escolares passaram a compreender a necessidade de se adaptar e de oferecer suporte para garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, pudessem participar plenamente do ambiente educacional. Embora ainda existam resistências à efetivação da inclusão e à implementação dos ajustes e das adaptações necessárias para garantir igualdade de condições de aprendizagem para todos os alunos, é inegável que a Declaração de Salamanca foi um marco na construção de uma nova cultura educacional. Essa cultura é caracterizada por práticas escolares mais democráticas e inclusivas, que reconhecem e valorizam a diversidade como um aspecto enriquecedor da experiência educacional de todos os alunos.

Em seguimento à Declaração de Salamanca, a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – (Brasil, 1996), em seu artigo 4º, inciso III, reforçou a necessidade de oferecer “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”. Essas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação refletem o compromisso do Estado brasileiro em promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, reconhecendo a diversidade de necessidades e garantindo o acesso equitativo à educação.

Em 1999, o Decreto nº 3.298 foi promulgado, estabelecendo a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. Esse decreto definiu a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino (Brasil, 1999). Essa medida foi mais um passo significativo na promoção da inclusão educacional, destacando a importância de integrar pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida escolar.

Ao reconhecer a educação especial como uma modalidade transversal, o decreto reforçou o compromisso do governo em garantir que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. Essa abordagem reflete uma mudança fundamental na forma como a sociedade encara a diversidade e a inclusão, promovendo uma cultura mais igualitária e respeitosa com as diferenças individuais.

Os avanços na legislação nacional referentes à inclusão educacional são marcados por uma dinâmica de progressos e retrocessos ao longo do tempo. Um exemplo disso é observado em 2001, quando as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 2/2001, refletiam uma tendência de superestimar a educação especial segregada, apresentando-a como uma possível substituta do ensino regular.

No entanto, alguns anos mais tarde, o próprio Ministério da Educação (MEC) reconheceu que essas diretrizes não estavam alinhadas com uma política de educação inclusiva. Em um documento oficial, o MEC afirma que as diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o AEE complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitirem a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino, prevista no seu artigo 2º (Brasil, 2008).

A partir de 2008, com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, houve uma mudança significativa na abordagem da inclusão educacional no Brasil. Essa política trouxe consigo uma maior ênfase

na inclusão de alunos com deficiência nas instituições regulares de ensino, buscando efetivar os princípios de igualdade e diversidade no ambiente escolar.

A consolidação do arcabouço legal anteriormente mencionado, aliada ao compromisso do Estado brasileiro em universalizar a educação básica, tem contribuído para ampliar o acesso de alunos com TEA à educação básica. No entanto, é importante ressaltar que a jornada educacional desses estudantes ainda enfrenta uma série de desafios. Apesar dos avanços na legislação e das políticas de inclusão, a escolarização de alunos com TEA continua sendo uma experiência complexa, repleta de desafios e também de possibilidades e expectativas.

Ainda há muitos obstáculos a serem superados, como a falta de recursos adequados, a formação de professores para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos e a garantia de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e acolhedor para todos.

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA NA EPT: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A educação é um fenômeno social fundamental, intrinsecamente relacionado ao processo de humanização. Ela transcende os limites de tempo e espaço, ocorrendo ao longo de toda a vida e em uma variedade de contextos, e pode ser facilitada por uma diversidade de agentes, como familiares, comunidades e instituições educacionais. Dentro desse amplo espectro da educação, destaca-se a educação escolar, que representa uma forma particular e intencional de aprendizado. Realizada em espaços formais de ensino, como escolas e instituições educacionais, a educação escolar é caracterizada por relações específicas entre alunos, professores e conteúdos curriculares estruturados.

Nesses ambientes, são desenvolvidos currículos específicos, adaptados para atender às necessidades e aos objetivos educacionais de cada contexto. Esses currículos são influenciados por uma variedade de fatores, incluindo políticas educacionais, valores culturais e demandas sociais, e podem evoluir ao longo do tempo em resposta a mudanças no ambiente educacional e nas expectativas da sociedade.

A educação em escolas regulares é um direito social estendido a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. Portanto, é essencial que essas instituições garantam condições de acessibilidade para todos os alunos, indo além das adaptações arquitetônicas. A acessibilidade abrange o direito fundamental de aprender e participar plenamente da vida escolar e social, exigindo suportes e recursos adequados, como materiais didáticos acessíveis e tecnologias assistivas, além de apoio pedagógico especializado e formação de professores para lidar com a diversidade na sala de aula. O objetivo é criar um ambiente inclusivo que promova o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Nessa perspectiva, a inclusão escolar refere-se ao acesso e à participação de todas as crianças, jovens e adultos, em todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola, conforme Mittler (2003). Segundo Azevedo (2008), incluir significa ter a capacidade de entender e reconhecer o outro, permitindo conviver e compartilhar com pessoas diferentes. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção.

A inclusão de estudantes autistas apresenta um desafio significativo. Embora a síndrome do autismo seja conhecida há mais de 70 anos, ainda é considerada um tema relativamente novo na área da educação, especialmente na EPT. Trabalhos acadêmicos que abordam essa questão são escassos no Brasil, conforme indicaram Barbosa (2018), Rodrigues (2018), Niles (2018), Chiote (2017), Oliveira (2017), Carvalho (2017) e Almeida (2016). Além disso, a maioria dos estudos existentes concentra-se na fase da infância.

Estudantes com TEA, assim como a maioria dos alunos com deficiência, frequentemente enfrentam trajetórias escolares não lineares, deficitárias e incompletas (Goessler, 2015; Lima; Laplane, 2016). Retenções, progressões parciais, distorções idade/série e abandono seguido de retomada são comuns, o que amplia as dificuldades de aprendizagem. Essas situações prejudicam o processo educacional no ensino fundamental, comprometendo as oportunidades de progresso nas etapas educacionais subsequentes.

O estudo de Goessler (2015) revelou que o número de matrículas de estudantes do público-alvo da educação especial no ensino técnico de nível médio não excede 1% do total de matrículas nessa modalidade de ensino, enquanto as interrupções, as retenções e a evasão escolar desses estudantes são significativas.

Por sua vez, a pesquisa de Lima e Laplane (2016), que abrangeu a escolarização de alunos com autismo no município de Atibaia, em São Paulo, entre 2009 e 2012, apontou que 92% deles apresentaram uma trajetória escolar parcial ou incompleta, dificultando seu avanço para as séries finais do ensino fundamental. Dessa forma, destaca-se que apenas uma dissertação, de Carvalho (2017), abordou a trajetória escolar de um estudante autista, desde a educação básica até a educação superior.

Portanto, percebe-se que apenas uma minoria dos estudantes com TEA consegue ingressar no ensino médio, seja ele propedêutico ou técnico, na EPT e no ensino superior. Além disso, as dificuldades de permanência e sucesso acadêmico desses estudantes estão intrinsecamente ligadas a desafios de aprendizagem e interação social, e, principalmente, às limitações do ambiente escolar em promover a inclusão.

A maioria das dificuldades enfrentadas pelos estudantes com TEA está relacionada a habilidades sociais, interação social, linguagem, presença de movimentos estereotipados e repetitivos, adesão rígida à rotina e hipersensibilidade a estímulos sensoriais específicos, como barulhos e ruídos. Além disso, esses alunos podem apresentar dificuldades na abstração de conteúdos e em permanecer em ambientes com grande

aglomeração de pessoas. Diante disso, é fundamental desenvolver estratégias de ensino que levem em consideração essas peculiaridades e visem ao desenvolvimento tanto das habilidades acadêmicas quanto das habilidades socioemocionais (Barbosa, 2018).

Os desafios apontados por Barbosa (2018), como exclusão, preconceito, falta de preparo dos docentes, falta de recursos para atendimento especializado e dificuldades de comunicação entre escola, família e demais profissionais, exigem que a escola atue em duas frentes principais. Primeiramente, é necessário investir na educação para a diversidade, promovendo a compreensão e o reconhecimento das diferenças, bem como a convivência ética entre todos os alunos e profissionais. Além disso, é crucial reorganizar as práticas pedagógicas da escola para melhor atender às necessidades dos estudantes com TEA e promover sua inclusão efetiva.

A abordagem colaborativa entre família, escola e profissionais é essencial para atender às necessidades educacionais do aluno com TEA. Isso inclui a utilização de recursos específicos, a adaptação de materiais pedagógicos e a garantia de uma formação adequada para os professores que lidam com esses alunos. A colaboração entre todos os envolvidos é fundamental para promover a inclusão educacional e proporcionar um ambiente de aprendizado que atenda às necessidades individuais de cada aluno com TEA.

Compreender a deficiência sob uma perspectiva mais ampla e contextualizada pode ser um passo importante para promover a inclusão. Em vez de focar apenas as limitações, é essencial reconhecer as habilidades e os potenciais únicos de cada indivíduo. Isso envolve uma mudança de paradigma, em que as diferenças são valorizadas e vistas como parte natural da diversidade humana. Ao adotar essa abordagem, a sociedade pode criar ambientes mais inclusivos e oportunidades equitativas para todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades ou características específicas (Azevedo, 2008).

As limitações não devem ser vistas como obstáculos intransponíveis, mas sim como aspectos que podem ser trabalhados e superados com o apoio adequado. Ao identificar as áreas em que um estudante com TEA enfrenta maiores desafios, a escola pode oferecer intervenções personalizadas para ajudá-lo a desenvolver essas habilidades. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer e incentivar as áreas em que o estudante demonstra maior potencial, proporcionando oportunidades para que ele possa se destacar e se desenvolver plenamente. Essa abordagem holística e individualizada é essencial para promover o sucesso acadêmico e a inclusão de alunos com TEA na escola (Cunha, 2018).

A inclusão efetiva de estudantes com TEA no ensino regular requer adaptações e apoio especializado que vão além das simples modificações no ambiente escolar e nas práticas pedagógicas. É essencial estabelecer uma rede de apoio interdisciplinar que envolva profissionais especializados, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e

fonoaudiólogos, que possam colaborar com a escola e os professores no desenvolvimento de estratégias e intervenções adequadas às necessidades individuais de cada aluno com TEA. Essa abordagem colaborativa e integrada é fundamental para garantir que os estudantes com TEA recebam o suporte necessário para alcançar seu pleno potencial acadêmico e desenvolvimento na escola regular (Lago, 2007).

É fundamental que os educadores adotem uma abordagem sensível e empática ao lidarem com os estudantes com TEA, reconhecendo suas necessidades individuais e promovendo um ambiente escolar que seja acolhedor e inclusivo. Isso implica conhecer as especificidades do TEA, estar aberto ao diálogo com os alunos e suas famílias, e buscar estratégias pedagógicas diferenciadas que possam atender às suas demandas. A compreensão e o respeito pela diversidade são pilares essenciais para o desenvolvimento de um planejamento educacional inclusivo que valorize o potencial de cada estudante e contribua para seu crescimento pessoal e acadêmico.

Nessa perspectiva, Cunha (2017) ressalta a importância de os educadores não apenas se concentrarem na transmissão de conhecimentos, mas também reconhecerem a complexidade dos seres humanos que estão sendo educados. Isso significa considerar não apenas a dimensão intelectual dos alunos, mas também suas necessidades emocionais, sociais e individuais. Educar de forma integral requer uma abordagem que leve em conta o desenvolvimento holístico de cada estudante, capacitando-os não apenas academicamente, mas também para se tornarem indivíduos autônomos e conscientes de seu papel na sociedade.

Cunha (2018) destaca a importância de os educadores buscarem orientações que integrem teoria e prática para desenvolver estratégias de ensino que promovam uma aprendizagem significativa para os alunos. Isso implica utilizar métodos que não apenas transmitam conteúdo, mas que também estimulem o interesse, a compreensão e a aplicação dos conhecimentos de forma relevante e contextualizada para a vida dos estudantes.

Essa abordagem destaca a importância da educação escolar na preparação dos alunos com TEA para uma vida adulta autônoma e integrada à sociedade. A qualidade social da educação é fundamental nesse processo, conforme aponta Libâneo (2008). Além disso, as reflexões de Chiote (2017) contribuem para uma compreensão mais ampla sobre o tema. O autor destaca que a relevância da educação escolar para o desenvolvimento de alunos com autismo está intrinsecamente ligada ao papel social da escola como agente de transmissão e apropriação do conhecimento humano ao longo da história (Chiote, 2017). Saviani (2007) ressalta a importância do acesso a um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos para a participação ativa na sociedade contemporânea. Incluir, portanto, significa garantir a aprendizagem desse patrimônio humano essencial para a cidadania e o desenvolvimento social.

Com base nos argumentos apresentados, é possível afirmar que a inclusão educacional de estudantes com TEA na EPT é viável. Essa inclusão requer um compromisso genuíno com a diversidade, que vá além da mera preparação para o mercado de trabalho. É necessário realizar adaptações e implementar ações sistemáticas e intencionais para proporcionar uma formação que reconheça e valorize as habilidades e os potenciais únicos de cada estudante, seguindo uma abordagem politécnica e unilateral, como defendido por Saviani (1989).

Ao considerarmos o trabalho como princípio educativo, reconhecemos que os seres humanos são capazes de moldar sua própria existência e de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e emancipada. O trabalho e a educação são atividades essenciais para os seres humanos, pois é por meio delas que se busca transformar a realidade e promover o desenvolvimento pessoal e social. Ao reconhecermos o trabalho como um princípio educativo, estamos afirmando que os seres humanos são capazes de moldar ativamente suas próprias realidades.

Isso implica que a educação profissional, inclusive para pessoas com TEA, desempenha um papel fundamental na promoção da autonomia e na busca pela emancipação social. Ao oferecer oportunidades de desenvolvimento de habilidades profissionais e pessoais, a educação profissional para pessoas com TEA contribui para que elas se tornem agentes ativos na sociedade, capazes de transformar a própria vida e participar plenamente da comunidade em que estão inseridas.

É importante reconhecer que o trabalho possui tanto um valor ontológico, relacionado à capacidade humana de transformar a realidade, quanto um valor instrumental dentro do sistema capitalista, em que é visto como fonte de produção de valor econômico. Nesse contexto, há uma ênfase na instrumentalização eficiente do trabalhador, que precisa desenvolver habilidades técnicas para atender às demandas do mercado.

No entanto, as expectativas impostas pelo sistema capitalista, como a busca por um trabalhador eficiente, versátil e dócil, contribuem para reforçar noções de normalidade e anormalidade, sucesso e fracasso, que muitas vezes são redutoras e não levam em conta a diversidade da experiência humana e a capacidade criativa individual.

A influência da lógica capitalista sobre as instituições escolares se manifesta por meio de diagnósticos e demandas por reformas educacionais que buscam alinhar a força de trabalho aos interesses do mercado (Barbosa; Batista, 2022). Essas medidas muitas vezes acabam reforçando a exclusão das pessoas com deficiência ou apenas as toleram em espaços e funções subalternas.

Conceber o sujeito autista como um ser histórico-social concreto, capaz de transformar a realidade em que vive, é essencial para a inclusão educacional. Portanto, na EPT, é crucial integrar a formação cultural básica com a formação para o trabalho, sem que os objetivos do mercado se sobreponham às diversas dimensões da formação

humana. Devemos rejeitar a lógica pragmática da escola profissional, que se concentra apenas em formar mão de obra para o mercado, negligenciando o desenvolvimento integral dos alunos. Concordamos com Chiote (2017) ao defender uma educação para alunos com autismo que os capacite a se apropriar das produções humanas e a desfrutar dos elementos culturais, elevando sua consciência e possibilitando sua participação plena na sociedade.

A EPT, baseada no trabalho como princípio educativo, deve adotar uma abordagem politécnica e proporcionar uma formação abrangente (omnilateral), como defendido por Saviani (1989). Além disso, é crucial questionar as estruturas educacionais que foram concebidas para atender às massas e não às necessidades individuais dos alunos com TEA. Essas estruturas pedagógicas precisam ser reformuladas para oferecer um planejamento pedagógico individualizado, permitindo que as potencialidades desses alunos sejam desenvolvidas e que suas limitações não impeçam sua plena participação na sociedade como cidadãos.

É fundamental reconhecer que muitas pessoas com TEA são capazes de contribuir de maneira significativa para o mundo do trabalho e para a sociedade em geral. Exemplos como Temple Grandin e Greta Thunberg demonstram claramente como indivíduos com autismo podem desenvolver habilidades únicas e fazer contribuições importantes em diversas áreas, incluindo o trabalho, a ciência, a política e o ativismo. Essas histórias evidenciam a importância de valorizar as habilidades e potenciais de cada pessoa, independentemente de suas características individuais, e de criar oportunidades inclusivas que permitam a participação plena de todos na sociedade.

A inclusão educacional de estudantes autistas na EPT demanda estímulo contínuo por meio de estratégias e recursos diversos. É necessário ensinar não apenas as técnicas e operações necessárias para o desenvolvimento profissional, mas também promover a reflexão sobre o mundo do trabalho, as estruturas de classe presentes na sociedade e as divisões sociais que afetam a organização do conhecimento escolar e acadêmico.

A reflexão sobre o sentido histórico-ontológico do trabalho, para além das limitações impostas pelo capitalismo, é fundamental, uma vez que todos os seres humanos têm capacidade de contribuir, criar e gerar valor. Isso tem sido comprovado por inúmeras pessoas com deficiência e doenças mentais que fizeram contribuições significativas em diversas áreas. Portanto, a inclusão educacional deve garantir que os estudantes autistas tenham acesso a uma educação que os capacite não apenas para o trabalho, mas também para uma participação ativa e crítica na sociedade.

Cultivar valores de solidariedade e colaboração é essencial para promover uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, os procedimentos pedagógicos devem enfatizar o trabalho coletivo e colaborativo, valorizando as contribuições de cada

indivíduo para o bem comum. Isso não apenas fortalece os laços sociais na escola, mas também prepara os estudantes para atuarem de forma solidária e fraterna na sociedade em geral (Araújo, 2019).

Dessa forma, uma instituição de EPT que esteja fundamentada em valores de solidariedade, colaboração e inclusão pode criar um ambiente propício para a efetiva participação e o desenvolvimento dos estudantes com TEA. No entanto, para alcançar essa efetiva inclusão, são necessárias ações sistemáticas que visem superar não apenas as barreiras físicas, mas também as comunicacionais, atitudinais e pedagógicas. Isso requer um compromisso contínuo de toda a comunidade escolar em promover um ambiente acolhedor, acessível e respeitoso para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As limitações apresentadas pelos estudantes com TEA podem afetar sua inclusão escolar e social, assim como sua aprendizagem, no entanto essas limitações se tornam verdadeiros obstáculos apenas quando a sociedade não assume a responsabilidade de reduzir as barreiras comunicacionais, pedagógicas, físicas e atitudinais que dificultam a inclusão e o desenvolvimento desses indivíduos. É fundamental que haja um esforço coletivo para criar um ambiente mais acessível, acolhedor e adaptado às necessidades específicas dos estudantes com TEA, promovendo assim sua plena participação na vida escolar e na sociedade da qual a pessoa com deficiência é parte.

Compreender os desafios enfrentados pelos estudantes com TEA na sua inclusão escolar requer uma análise abrangente dos múltiplos fatores envolvidos. Entre eles, a precariedade do processo formativo desses estudantes, caracterizado por interrupções, retenções e evasão, é uma questão significativa, muitas vezes relacionada às características próprias do autismo, como dificuldades de concentração e abstração.

Além disso, o despreparo das instituições em promover a inclusão é uma barreira importante, refletida na insuficiência de recursos materiais e humanos, em falhas no processo de formação de professores nas licenciaturas e na falta de especialização para lidar com essas demandas específicas. O preconceito também desempenha um papel significativo, apresentando-se em diversas manifestações que podem dificultar ainda mais o processo de inclusão desses estudantes.

A disponibilidade de recursos, tanto materiais quanto humanos, desempenha um papel crucial na promoção da inclusão educacional de estudantes com TEA. No entanto, é importante ressaltar que apenas a presença desses recursos não é suficiente para garantir a inclusão efetiva. Como destacado por Vasconcellos (2019, p. 54), ações inclusivas dependem também do compromisso e da iniciativa dos profissionais envolvidos, que devem estar sensibilizados com a situação desses jovens.

Portanto, são fundamentais o aprimoramento dos processos educativos e a implementação de políticas mais estruturadas que possibilitem uma verdadeira educação inclusiva. Dessa forma, tanto os recursos quanto o compromisso das pessoas envolvidas são componentes essenciais para o sucesso da inclusão educacional.

O processo de inclusão escolar do estudante autista requer diversas medidas para garantir sua efetividade. Isso inclui a criação de um ambiente acolhedor, baseado no respeito e na convivência harmoniosa, bem como a identificação das necessidades educacionais específicas do aluno por meio de uma triagem adequada. Ademais, são necessárias adaptações didático-metodológicas que promovam a aprendizagem significativa para o estudante autista.

É essencial que as instituições escolares priorizem a socialização e o desenvolvimento de condições de aprendizagem favoráveis para esses alunos. No entanto, é importante ressaltar que o sucesso desse processo depende do compromisso político e ético de toda a sociedade, com base nos princípios dos direitos humanos.

O trabalho educativo do aluno com TEA em qualquer etapa ou nível de ensino deve ser cuidadosamente planejado para garantir que ele tenha oportunidades de aprendizagem significativas. Esse planejamento deve ser voltado para promover a construção da autonomia e independência do aluno, valorizando suas potencialidades e abordando suas limitações de forma adequada. As atividades planejadas devem reconhecer o aluno com TEA como um ser completo, capaz de aprender, pensar, sentir, participar de grupos sociais e se desenvolver, mesmo que de maneira diferente dos demais alunos.

A EPT, fundamentada nos princípios do trabalho como eixo educativo, da politécnica, da formação integral e da reflexão sobre suas práticas, representa um campo promissor para a inclusão educacional de estudantes com TEA, tanto em termos de formação profissional quanto cidadã. No entanto, é crucial que essa modalidade educacional mantenha o compromisso com o desenvolvimento humano e a qualidade social da educação, indo além das demandas puramente mercadológicas, conforme destacado por Libâneo (2008).

A inclusão social de pessoas com TEA não se limita apenas aos ambientes escolares, mas reflete o grau de maturidade alcançado pela sociedade em sua capacidade de compreender e aceitar as diferenças. Garantir a inclusão social significa proporcionar oportunidades equitativas para que todos possam se desenvolver plenamente e participar ativamente da vida em sociedade, exercendo seus direitos e deveres de cidadania.

Podemos dizer que a qualidade da inclusão de estudantes com TEA depende das adaptações realizadas e do compromisso social de todos os envolvidos no processo; as práticas de escolarização de estudantes com TEA devem ser documentadas e seus resultados publicados para consolidar um referencial que encoraje pais, estudantes, professores e a sociedade a acreditar na eficácia da inclusão; é necessário ampliar os

estudos sobre a inclusão de estudantes com TEA, especialmente no contexto da EPT; a inclusão educacional de estudantes autistas é eficaz quando a escola promove sua aprendizagem e contribui para seu desenvolvimento integral, incluindo aspectos como socialização, autocuidado, cuidado com os outros e compreensão da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. S. de. *A comunicação casa-escola no contexto da inclusão de pessoas com TEA*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ARAÚJO, W. P. Trabalho docente na educação profissional e tecnológica: uma análise na perspectiva da ontologia do ser social. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 275–277, 2019.
- AZEVEDO, G. M. E. Incluir é sinônimo de dignidade humana. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 1, p. 46-53, jun. 2008.
- BARBOSA, M. O. *Estudantes com transtorno do espectro do autismo (TEA) na escola: desafios para a ação educativa compartilhada*. 2018. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- BARBOSA, X. de C.; BATISTA, J. F. Educación vocacional y tecnológica en América Latina: confrontaciones contemporâneas. *Revista Paradigma*, Maracay, v. 43, n. 3, p. 165–184, 2022.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional, primário e gratuito. *Diário Oficial*, p. 6975, 26 set. 1909.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 20 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001*. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 jul. 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13861.htm. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL. *Resumo Técnico do Censo Escolar 2021*. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2021.
- CARVALHO, D. L. *A trajetória de inclusão de um estudante com autismo, da educação básica à educação superior: desafios e possibilidades*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2017.
- CHIOTE, F. de A. B. *A escolarização do aluno com autismo no ensino médio no contexto das políticas de educação especial no estado do Espírito Santo*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- CUNHA, E. *Autismo e inclusão: psicopedagogia, práticas educativas na escola e na família*. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.
- CUNHA, E. *Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2018.
- FADDA, G. M.; CURY, V. E. O enigma do autismo: contribuições sobre a etiologia do transtorno. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 21, n. 3, p. 411-423, jul./set. 2016.
- GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Revista Inclusão*, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.
- GOESSLER, D. de C. B. *As trajetórias escolares de alunos com necessidades educacionais especiais no Instituto Federal do Paraná: uma análise dos indicadores do Censo Escolar*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.
- LAGO, M. *Autismo na escola: ação e reflexão do professor*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.
- LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.
- LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. Escolarização de alunos com autismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, n. 2, p. 269-284, abr./jun. 2016.

- MITTLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- NILES, F. O. M. *A inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro autista: condições concretas no contexto da escola privada*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2018.
- OLIVEIRA, J. S. de. *Prática pedagógica do professor com o aluno autista no contexto da escola inclusiva*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais*. Brasília: Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- RODRIGUES, M. *Formação docente para inclusão de estudantes público-alvo da educação especial em cursos de licenciatura da Universidade Federal de Rondônia*. 2018. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2018.
- SAVIANI, D. *Sobre a concepção de politécnica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 1989.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.
- SILVA, I. M. de A.; DORE, R. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 203-214, mar. 2016.
- SURIAN, L. *Autismo: informações essenciais para familiares, educadores e profissionais da saúde*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- VASCONCELLOS, S. P. *Práticas educativas e escolarização de alunos com transtorno do espectro autista na educação profissional*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- VASCONCELLOS, S. P.; RAHME, M. F.; GONÇALVES, T. G. G. L. Transtorno do espectro autista e práticas educativas na Educação Profissional. *Rev. Bras. Educ. Espec.*, v. 26, n. 4, p. 555-570, 2020.
- WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Z. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, p. 1-8, 2020.

Aprovado em: agosto de 2024.

Recebido em: agosto de 2024.